



A ADAPTAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO AO PLANO REAL

THE ADAPTATION OF THE BRAZILIAN BANKING SYSTEM TO THE REAL PLAN

Talita Dayane Metzner⁽¹⁾

Alberto Borges Matias⁽²⁾

Universidade de São Paulo-USP, Ribeirão Preto/SP

RESUMO

O setor financeiro brasileiro sofreu grandes transformações com a ascensão do Plano Real em 1994, com as instituições financeiras tendo que se adaptar a um ambiente de transição alterando suas fontes de captação e aplicação de recursos e superando a perda de suas receitas com floating, decorrentes da elevada inflação. O objetivo desse trabalho foi esclarecer quais foram as medidas econômicas que permitiram a adaptação do Sistema Bancário Brasileiro ao Plano Real. A pesquisa é considerada descritiva, quantitativa e pautada basicamente em dados secundários, utilizando-se de demonstrações financeiras das instituições bancárias coletadas no Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (INEPAD) e séries temporais do IPEADATA. Nos resultados foi observado que as instituições financeiras bancárias após perderem suas receitas de floating selecionaram as operações de crédito ao consumidor e empresas e compras de títulos do governo como alternativas para manter sua rentabilidade e conquistar novos espaços no mercado. Todavia, essa opção foi suportada por elevadas taxas de juros, para evitar o colapso no sistema bancário brasileiro. Assim, esse estudo é relevante para esclarecer alguns questionamentos referentes ao sistema bancário com o advento do Plano Real.

Palavras-chave: Sistema Bancário Brasileiro; Plano Real; Instituições Financeiras Bancárias; Receitas de Floating.

ABSTRACT

The Brazilian financial sector has changed considerably with the rise of the Real Plan in 1994, with financial institutions having to adapt to an environment in transition changing its funding sources and application of funds and overcoming the loss of their revenues with floating, stemming from high inflation. The main objective of this paper is clarify what were the economic measures that allowed the adaptation of Brazilian Banking System to the Real Plan. The research is considered descriptive, quantitative, and lined basically on secondary data, using the financial statements of banks collected at the Institute for Teaching and Research in Management (INEPAD) and time series of IPEADATA. In the results it was observed that the banking financial institutions after losing their floating revenues selected operations of credit to consumers and businesses and purchases of government bonds as alternatives to maintain their profitability and gain new market spaces. However, this option was supported by high interest rates to prevent the collapse of the Brazilian banking system. Thus, this study is important to clarify some questions concerning the banking system with the advent of the Real Plan.

Key Words: Brazilian Banking System; Real Plan; Banking Financial Institutions; Floating Revenues.

INTRODUÇÃO

O setor financeiro brasileiro sofreu grandes transformações com a ascensão do Plano Real em 1994. As instituições financeiras bancárias tiveram que se adaptar a um ambiente totalmente novo, mudando suas fontes de captação e aplicação de recursos para sobreviver e prosperar. A perda das receitas de *floating*, decorrentes da elevada inflação, tornou necessária a busca por novas fontes de receitas, que foram planejadas pelo Governo Federal para evitar uma crise no Sistema Financeiro Nacional.

Para entender a dinâmica do período é essencial conhecer os principais agentes do sistema financeiro, suas características e finalidades. Segundo Fortuna (2010, p. 16) o Sistema Financeiro é “um conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores”.

Doellinger (1992, p. 275) afirma que nos anos 1980 “o sistema financeiro brasileiro perdeu muito de sua função de intermediador de recursos ao setor privado para prestador de serviços e canalizador de poupança financeira ao setor público”, ajudando na execução da política monetária e no gerenciamento da dívida mobiliária do setor público. Essa função permitiu a manutenção do setor em um momento de instabilidade e contribuiu para resultados excepcionais dos bancos no período.

Em contrapartida, o excelente desempenho dos bancos brasileiros foi defendido por políticas adotadas para enfrentar a crise do início dos anos 1980, com o setor público assumindo parte da dívida externa e dos custos da crise cambial, além de

manter a atratividade dos haveres financeiros em moeda nacional (CARVALHO; VIDOTTO, 2007).

Contudo, em um ambiente de baixa inflação, os bancos brasileiros procuraram novas formas de aumentar suas receitas, com o crescimento do crédito aos consumidores e empresas e a compra de títulos públicos com elevada rentabilidade, devido às altas taxas de juros.

Doze “planos” de estabilização foram produzidos entre 1979 e 1991, envolvendo os governos de João Batista de Oliveira Figueiredo a Fernando Collor de Mello e sete ministros da Fazenda. Até a reforma monetária de 1994, a hiperinflação era grave e difícil de ser resolvida, pois prejudicava um conjunto de atores e interesses, abrangendo capital, trabalho, estratos médios e os desfavorecidos em geral (IANONI, 2009).

Problema de Pesquisa

Segundo Gil (2002), toda pesquisa se inicia com algum tipo de problema e indagação. Assim, a partir da análise do período de implantação do Plano Real e suas consequências para o sistema bancário brasileiro, o problema de pesquisa é formulado a partir da seguinte pergunta:

Como ocorreu a adaptação financeira do Sistema Bancário Brasileiro ao Plano Real?

Objetivos

O objetivo deste trabalho é esclarecer quais foram as medidas econômicas que permitiram a adaptação do Sistema Bancário Brasileiro ao Plano Real.

Para o cumprimento do objetivo principal, alguns aspectos relativos ao tema

foram verificados mais detalhadamente. Desse modo, surgem os objetivos específicos:

- Analisar quais foram as alternativas para os bancos com a perda de suas receitas de *floating*;
- Avaliar as principais políticas econômicas desenvolvidas pelo governo nesse período de transição que permitiram que essa adaptação fosse realizada sem grandes traumas no sistema bancário.

Justificativa

Discutir um momento de transição econômica é importante para evidenciar as mudanças estruturais que ocorreram nas instituições financeiras bancárias e suas consequências para a economia brasileira.

Como os bancos são os principais agentes de intermediação de recursos entre os setores econômicos, o desenvolvimento de um sistema financeiro estável é essencial para a superação de crises econômicas e alavancar o crescimento do país.

É relevante ressaltar que existem muitas opiniões sobre esse assunto com perspectivas diferentes ou mesmo equivocadas, não comprovadas cientificamente, o que pode tornar relevante esse estudo no âmbito acadêmico e da mídia em geral.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICO

Esse tópico foi dividido em duas seções, permitindo uma análise mais completa sobre esse momento de transição da economia brasileira. Na primeira parte discute-se como era a economia antes da ascensão do Plano Real, destacando as políticas econômicas utilizadas no período

em um ambiente de elevada inflação, além de evidenciar as consequências imediatas após a implantação desse plano em julho de 1994. Na segunda parte é realizada uma análise das principais variáveis econômicas, como taxa de juros, inflação, base monetária e dívida líquida do Setor Público.

Ascensão do Plano Real em 1994

A inflação é uma rápida subida dos preços de forma descoordenada e contínua (LOPES, 2010). As origens desse problema no Brasil remontam às indexações iniciadas durante o Governo Militar (1964-1985), com as reformas financeiras de 1964, quando diversos contratos receberam cláusulas de ajuste automático, de acordo com a inflação vigente.

Sucessivas tentativas de combate à inflação foram feitas no país nos anos 1980. Contudo, vários planos econômicos como: o Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987) e Plano Verão (1989), não foram bem sucedidos. A década de 1990 começa com o país vivendo novamente em um ambiente democrático. Assim, o governo Collor inicia seu mandato buscando aprender com os erros anteriores, e realizando novos diagnósticos sobre a natureza da inflação.

Nesse período, como a demanda por crédito era pouco representativa, a utilização do aumento das reservas compulsórias como instrumento monetário era pouco eficiente. Desse modo, o governo podia contar apenas com as operações de mercado aberto e a colocação de títulos públicos, que devido à elevada incerteza, levava o Banco Central a formar taxas diárias no *overnight*, com base em expectativas da inflação corrente, tornando as indexações de preços sem limites (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2010).

O Plano Collor I manteve os mecanismos de indexação dos ativos financeiros e contratos. O confisco de liquidez trouxe grande desestruturação ao sistema produtivo, levando a cortes nas encomendas, demissões, redução das jornadas de trabalho e dos salários e atrasos nos pagamentos das dívidas. Porém, esse confisco foi deturpado antes dos 18 meses inicialmente estabelecidos, com a devolução de liquidez para alguns setores antes do previsto.

Segundo Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2010), a persistência da aceleração inflacionária em 1991, associada à crescente necessidade de financiamento do governo, levou a uma nova tentativa heterodoxa de estabilização: o Plano Collor II. Esse plano era pautado na reforma financeira, visando eliminar o *overnight* e outras formas de indexação e um congelamento de preços e salários. Assim, nesse ano, a política econômica ficou restrita ao controle do fluxo de caixa, com significativas reduções das despesas, sobretudo, de gastos com funcionários públicos.

O impacto desse plano foi a recessão de 1992 sem, contudo, controlar a inflação e com o resultado fiscal comprometido, devido à baixa arrecadação de impostos e às elevadas taxas de juros, além de um ambiente político conturbado pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo.

O atraso brasileiro na execução de ajustes estruturais concebidos no Consenso de Washington desagradava o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 1993, a inflação estava caindo na maioria dos países latino-americanos que faziam reformas liberais, com exceção do Brasil. Todavia, mesmo Collor implementado políticas neoliberais como a abertura comercial,

desregulamentação financeira, desestatização, ajuste fiscal e consolidação do Mercosul, seu governo fracassou na busca de estabilidade monetária (IANONI, 2009).

O vice-presidente Itamar Franco assumiu o governo demorando para estabelecer diretrizes mais concretas para a economia brasileira, devido ao momento político turbulento, aliado as indefinições do governo interino, o que favoreceu a alta rotatividade de ministros. Assim, em maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda, dando contornos ao Plano Real de julho de 1994.

O Governo Itamar Franco iniciou a primeira etapa de implementação do Plano Real ao final de 1993, com a aprovação junto ao Congresso Nacional do Fundo Social de Emergência (FSE). Esse fundo deveria vigorar nos anos de 1994 e 1995, envolvendo uma série de medidas fiscais de contenção dos gastos públicos e aumento das receitas tributárias (SILVEIRA et al., 2005).

Assim, o FSE procurava reduzir a rigidez existente entre a vinculação de receitas e o financiamento de despesas não comprimíveis, permitindo que a União retivesse 20% de todas as receitas tributárias do orçamento federal, deduzidas às transferências constitucionais aos estados e municípios, fundos regionais e o Imposto Territorial Rural (ITR) (GAMA NETO, 2011).

Nesse ano, a equipe econômica de FHC criou um novo título atrelado à dívida externa brasileira, os *C-Bonds*, com estes títulos sendo lançados simultaneamente com a nova moeda, e tendo como objetivo substituir os demais títulos públicos brasileiros em circulação no mercado financeiro (SILVEIRA et al., 2005).

A primeira fase do Plano Real, iniciada em 1993, foi o lançamento do

Programa de Ação Imediata (PAI), cujo principal pilar foi o Fundo Social de Emergência, visando o equilíbrio orçamentário. Isso demonstra a necessidade de ajuste das contas públicas, diagnosticada como causa fundamental da inflação no país (SILVEIRA et al, 2005).

O Plano Real tinha características que o distinguiu dos anteriores como: o plano não seria adotado de surpresa, mas sim gradualmente; não iria recorrer a congelamentos, mas a uma substituição natural de moeda; e haveria maior preocupação com a correção dos desequilíbrios econômicos. O plano dividiu-se em três fases para conter o processo inflacionário da economia brasileira: ajuste fiscal; indexação completa da economia, com a criação da Unidade Real de Valor (URV); e reforma monetária, pautada na transformação da URV em reais (R\$) (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR, 2010).

O período de equilíbrio das contas públicas, contou com a redução de despesas e aumento das receitas; a criação da URV buscou preservar o poder de compra da massa salarial, evitando medidas de choque como confisco de poupança e quebra de contratos; e a reforma monetária lançou uma nova moeda, o Real (LOPES, 2010).

Inicialmente, houve uma rápida expansão da demanda interna devido à forte redução do imposto inflacionário e pela valorização da taxa de câmbio (R\$1 = US\$1). Nesse momento, houve um rápido crescimento das importações, com a abertura comercial e maior demanda por produtos e serviços. Para controlar essa demanda, foram implantadas restrições ao crédito e aumento da taxa de juros; entretanto, essas medidas não conseguiram segurar a expansão do nível

de atividade econômica e a balança comercial passou a incorrer em déficits.

A reforma monetária implicou na adoção da âncora monetária e da âncora cambial. A primeira âncora levou a fixação de metas de crescimento da base monetária para os dois últimos trimestres de 1994 e o primeiro trimestre de 1995. As metas propostas poderiam sofrer, em caráter excepcional, flexibilização de até 20% sobre os valores fixados para controlar a oferta de moeda, principalmente pela elevação das reservas compulsórias dos bancos comerciais. Já a âncora cambial permitiu a manutenção da taxa de câmbio em torno da paridade entre Real e Dólar, tolerando uma flutuação de 20% para cima e para baixo, denominada bandas cambiais (SILVEIRA et al., 2005).

A âncora cambial lastreou-se no nível recorde das reservas internacionais, através de um conjunto de políticas como a desregulamentação da conta capital e financeira do balanço de pagamentos; elevação da taxa de juros, para atrair poupança externa financeira e produtiva; e virtual equacionamento da dívida externa, com base no Plano Brady. Medidas como a redução de tarifas de importação, sobrevalorização do real e aumento das importações também foram utilizadas para combater a elevada inflação (IANONI, 2009).

Silveira et al. (2005), destaca que o resultado imediato dessas medidas foi a elevação da taxa real de juros interna, de modo que esta se diferenciou da taxa de juros internacional, proporcionando forte entrada de capital estrangeiro na economia e, tendo como contrapartida, a apreciação da taxa de câmbio. O Banco Central intervia no mercado somente se o Real se desvalorizasse em relação ao dólar além do limite de 20%.

Mesmo com o controle inflacionário, o Plano Real gerou algumas distorções na

economia. As principais foram o crescimento do estoque da dívida pública – a razão dívida líquida total em relação ao PIB cresceu 73,6%, entre 1994 e 2000 – e as dificuldades do sistema financeiro brasileiro em operar em um cenário sem imposto inflacionário (receitas de *floating*), levando o governo a criar o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), a partir de regras estabelecidas pelo Banco Central (SILVEIRA et al., 2005).

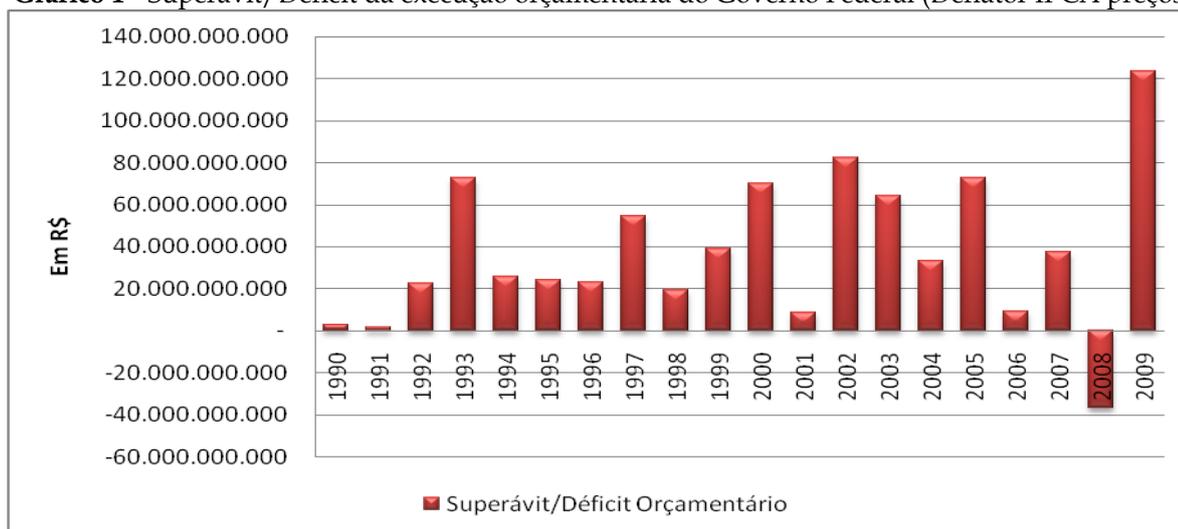
Contel (2009) destaca que o processo de estabilização da moeda levou a uma melhoria no ambiente de investimento para os grandes atores do cenário econômico globalizado, aliado a abertura comercial, facilitando as transações entre os países e atraindo capital estrangeiro produtivo e de especulação.

Além das distorções citadas, o desemprego, a desnacionalização da indústria e aumento da vulnerabilidade da economia nacional em relação aos choques externos, foram problemas enfrentados pelo Governo FHC.

Análise das variáveis econômicas

O país começou a apresentar superávits mais significativos com a ascensão do Plano Real. Porém, o Governo Federal ainda possuía um nível de receitas bastante comprometido em seu orçamento, sobretudo, com salários, gerando resultados pouco representativos, como em 2001 e 2006, e déficit em momentos de maior instabilidade econômica, como em 2008, devido à crise dos mercados financeiros internacionais (gráfico 1).

Gráfico 1 - Superávit/Déficit da execução orçamentária do Governo Federal (Deflator IPCA preços de 2011)



Fonte: dos autores, com dados do IPEADATA (2012).

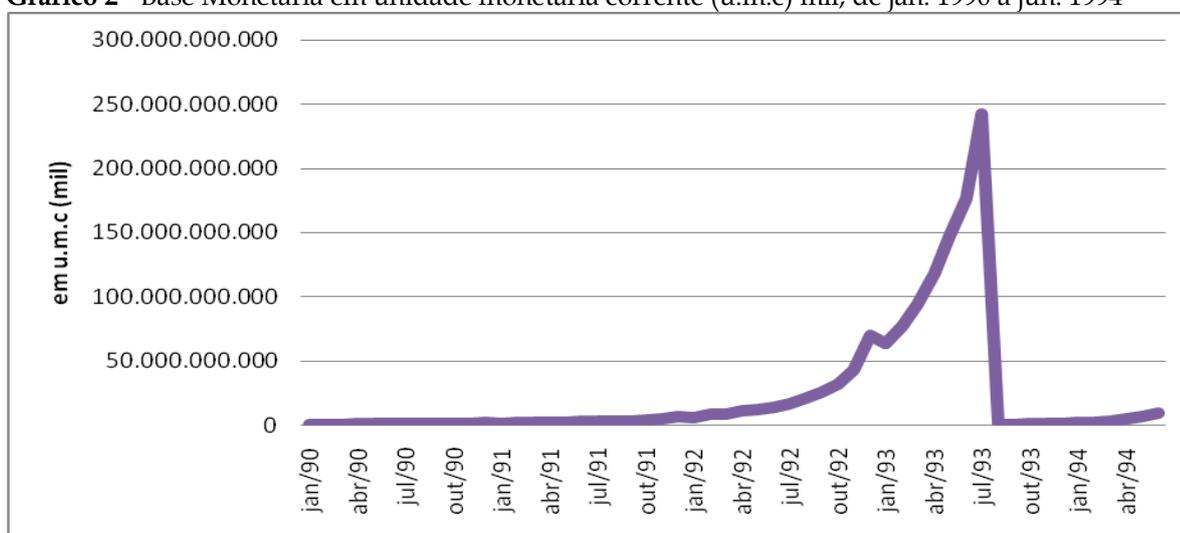
A base monetária é composta pelo papel moeda emitido e pelas reservas bancárias em depósito no Banco Central. A oferta de moeda, ou quantidade de meios de pagamento existente na economia, é a principal responsável pelo nível geral de

preços no longo prazo. No curto prazo, alterações na oferta de moeda afetam temporariamente as variáveis reais da economia, como a produção e o emprego (SOPENA, 2007).

Pelo gráfico 2 observa-se que, no período, a base monetária foi elevando-se gradualmente até julho de 1993; porém, após esse período, o papel moeda em poder do público e as reservas mantidas pelos bancos

comerciais reduziram drasticamente, em vista da preferência da população pela liquidez em um momento de elevada inflação.

Gráfico 2 - Base Monetária em unidade monetária corrente (u.m.c) mil, de jan. 1990 a jun. 1994



Fonte: dos autores, com dados do Banco Central do Brasil (2012).

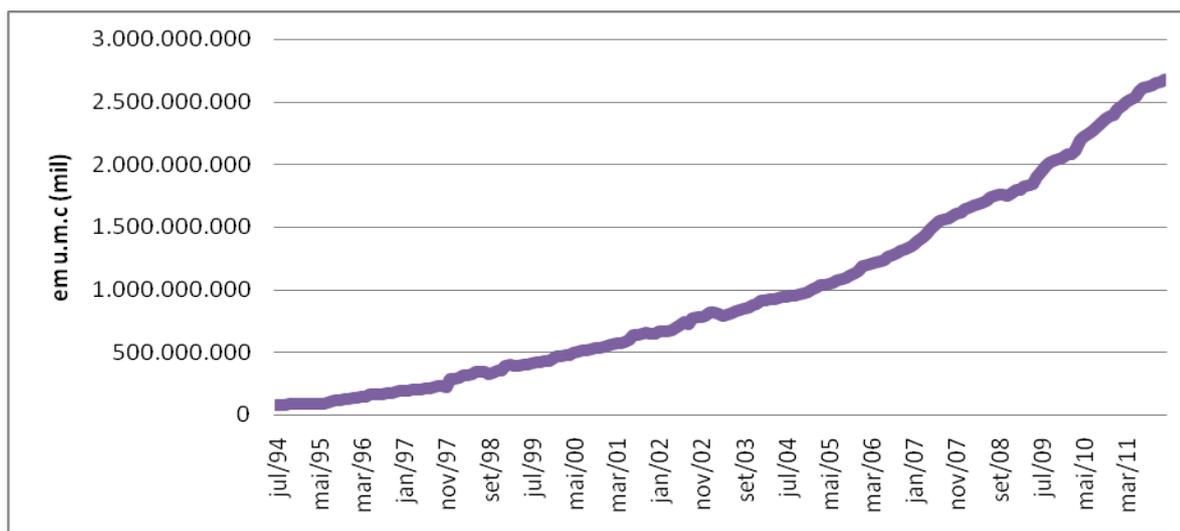
Com o advento do Plano Real, a base monetária aumentou substancialmente, mesmo com as metas propostas pela âncora monetária. A queda brusca da inflação levou a população a demandar mais moeda em suas transações diárias (gráfico 3). As reservas mantidas pelos bancos também contribuíram para isso, representadas pelo dinheiro dos caixas, depósitos voluntários e compulsórios no Bacen.

A acumulação de dívidas por parte do Banco Central e do Tesouro Nacional para

operações de esterilização no câmbio também alavancaram a base monetária (SOARES; PINTO, 2008).

O Plano Real permitiu a remonetização da economia. Porém, o forte aumento da demanda, ao provocar bolhas de consumo e a deterioração das contas externas, fez com que as autoridades monetárias optassem por uma política monetária contracionista, incentivando a redução do crédito via elevação das taxas de juros (SOARES; PINTO, 2008).

Gráfico 3 - Base Monetária em unidade monetária corrente (u.m.c) mil de jul. 1994 a dez. 2011

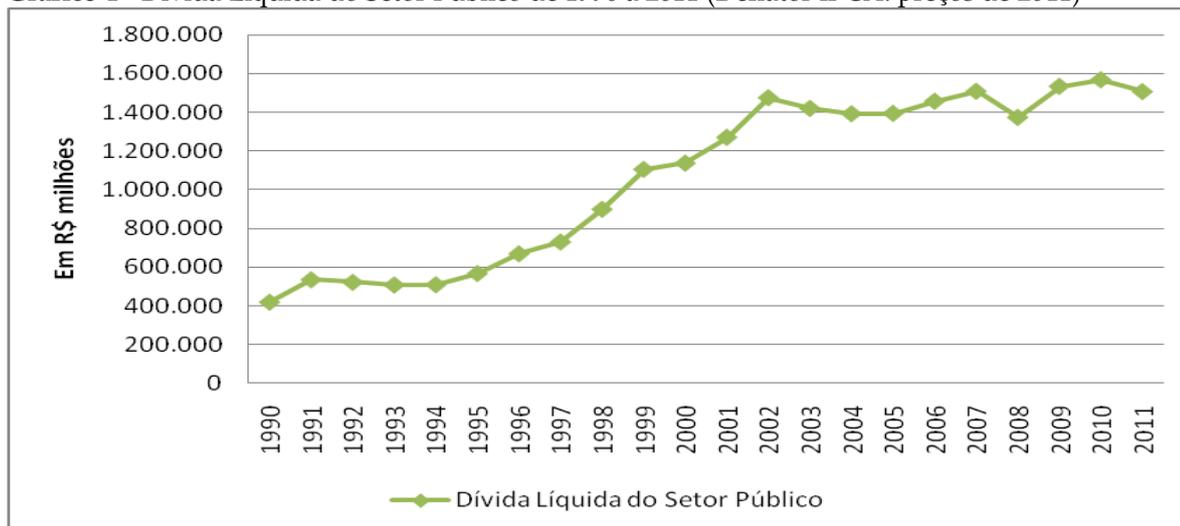


Fonte: dos autores, com dados do Banco Central do Brasil (2012).

Na análise econômica é possível relacionar a dívida pública com a emissão de moeda. Assim, quanto maior a dívida pública, maior é a emissão de papel moeda. Por isso, observa-se que a elevação da dívida pública brasileira (gráfico 4) está ligada à

evolução da base monetária. Além disso, o governo em suas esferas estaduais e municipais contribuiu para o crescimento de sua dívida mobiliária, com o Tesouro Nacional, o Banco Central e a Previdência, ampliando a dívida interna brasileira.

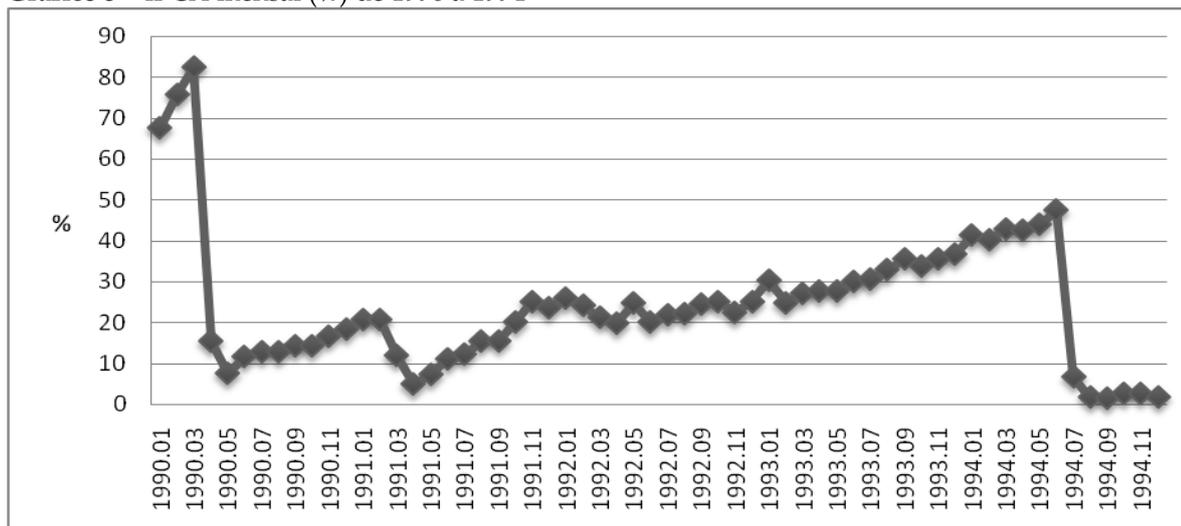
Gráfico 4 - Dívida Líquida do Setor Público de 1990 a 2011 (Deflator IPCA: preços de 2011)



Fonte: dos autores, com dados do IPEADATA (2012).

A implementação do Plano Collor I levou a uma reforma monetária, fiscal e administrativa, reduzindo a inflação momentaneamente no período sem, contudo, fornecer uma solução definitiva. Com a crescente necessidade de financiamento do

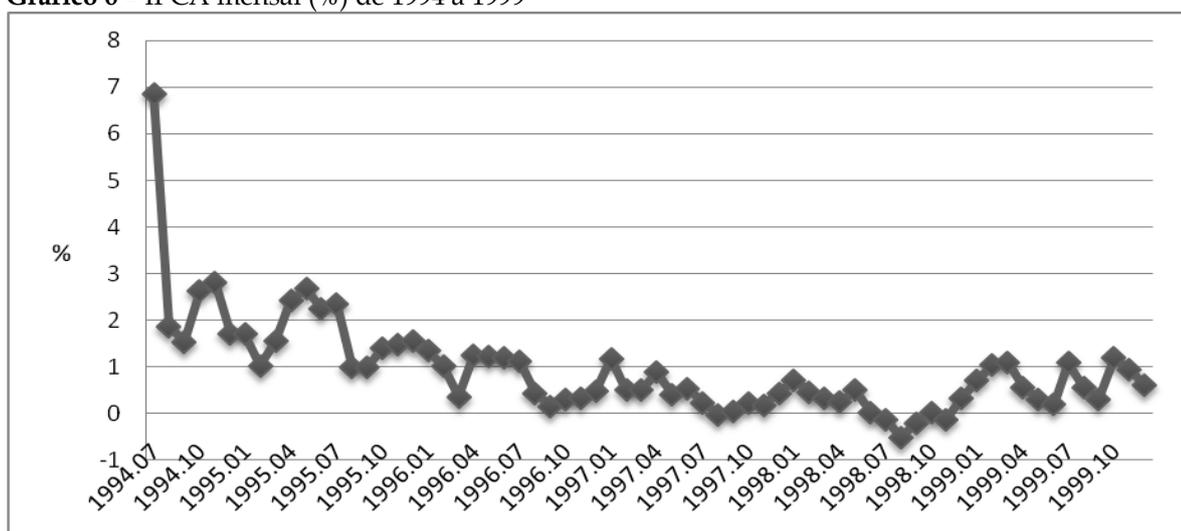
governo e aceleração inflacionária, em 1991 foi criado um novo plano, o Collor II que também não foi eficaz em sua tentativa. Pode-se visualizar esse período através do gráfico 5, que mostra o IPCA mensal de 1990 a 1994.

Gráfico 5 - IPCA mensal (%) de 1990 a 1994

Fonte: dos autores, com dados do IPEADATA (2011).

O advento do Plano Real diminuiu substancialmente as taxas de inflação. A partir de julho de 1994, a inflação caiu para

patamares bem reduzidos, em relação à década de 1980 e início dos anos 1990. Esse comportamento pode ser visto pelo gráfico 6.

Gráfico 6 - IPCA mensal (%) de 1994 a 1999

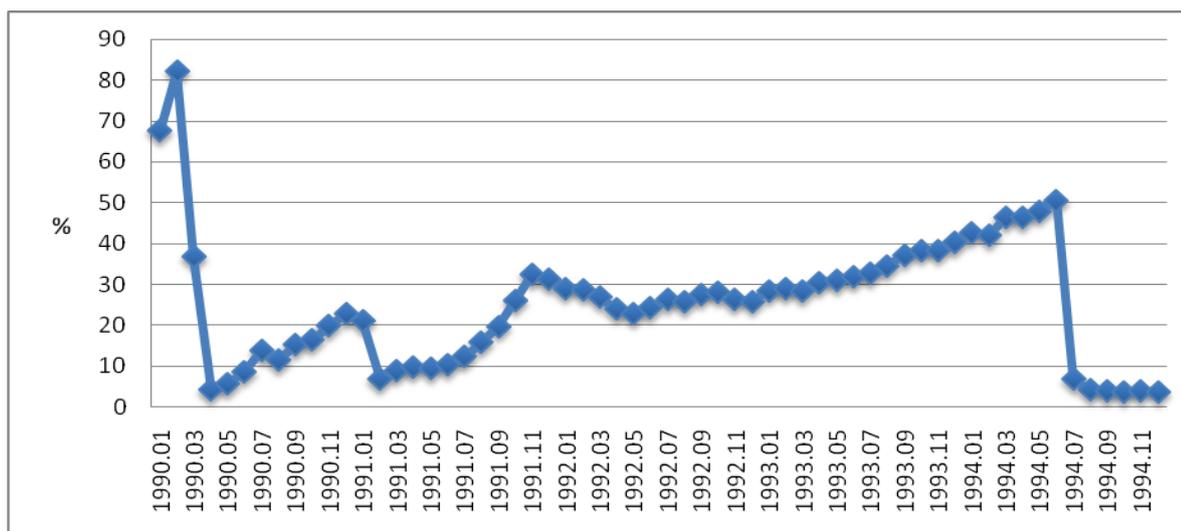
Fonte: dos autores, com dados do IPEADATA (2011).

Como medida de comparação, em junho de 1994 a inflação foi de 47,43% e, imediatamente após o início do plano, esta caiu para 6,84% ao mês. Houve a manutenção desse patamar, com forte incentivo às importações, de modo a evitar que os

produtores repassassem aumentos de preços aos produtos no mercado interno.

As taxas de juros também eram bem elevadas no início da década de 1990 para suportar a inflação e evitar a especulação. O gráfico 7 mostra a Selic/*over* mensal de 1990 a 1994.

Gráfico 7 - Taxa Selic/*Over* mensal (%) de 1990 a 1994

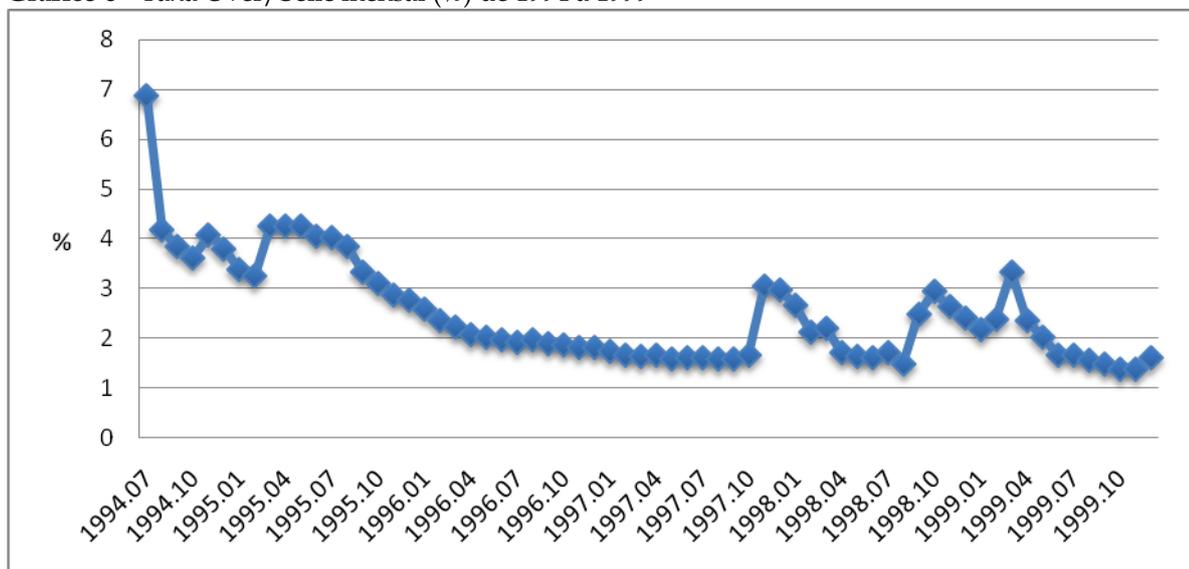


Fonte: dos autores, com dados do IPEADATA (2011).

As taxas de juros acompanharam a queda da inflação, reduzindo-se bruscamente. Para exemplificar esse fato,

tem-se a Selic/*Over* de junho de 1994, que era de 50,6%, comparada à de julho que caiu para 6,87% (gráfico 8).

Gráfico 8 - Taxa Over/Selic mensal (%) de 1994 a 1999



Fonte: dos autores, com dados do IPEADATA (2011).

A partir desse momento, mudanças significativas ocorreram no sistema financeiro, como a perda da receita inflacionária dos bancos, fazendo com que estes buscassem fontes alternativas de receitas, como a negociação de títulos públicos e maior oferta de crédito. Em um ambiente de estabilidade, a concorrência

aumentou tornando necessária uma melhor gestão dos recursos, reduzindo as ineficiências e promovendo a melhor alocação do capital disponível.

MÉTODO E TÉCNICAS DA PESQUISA

Segundo classificação empreendida por Gil (2002), essa pesquisa é considerada descritiva, pois tem como objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relacionamentos entre as variáveis do estudo.

As demonstrações financeiras foram coletadas no Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (INEPAD, 2011) através do Sistema *Visionarium*¹. Já as séries temporais utilizadas na análise das políticas econômicas foram provenientes do site do IPEADATA (2011).

Para a composição da amostra foram selecionados os bancos comerciais, múltiplos e caixas econômicas do sistema financeiro em 1994 e 1995. Esse filtro ocorreu devido às grandes diferenças em relação ao porte, captação e aplicação de recursos entre as instituições financeiras bancárias, sendo excluídos os bancos de investimento e de desenvolvimento para uma análise mais consistente.

Além disso, informações contábeis anteriores a esse período são bem escassas e distorcidas, em decorrência da elevada inflação e alterações da moeda nacional, acompanhando a evolução dos planos econômicos.

Assim, a amostra compreende os 15 maiores bancos brasileiros de 1994 e 1995, segundo classificação por ativo total.

ANÁLISE DOS DADOS

A seguir são apresentadas as alternativas dos bancos para substituir as receitas de *floating* com a ascensão do Plano

Real e as principais alterações nas demonstrações financeiras das instituições bancárias nesse período de transição do Sistema Financeiro Nacional.

Receitas de floating dos bancos

Antes do Plano Real, o governo cobria seu déficit via emissão monetária, provocando elevados níveis de inflação. Nesse período, os bancos auferiam significativos ganhos por *floating*, que são aplicações de recursos sem remuneração, como depósitos a vista, recursos de cobrança e recursos de terceiros em trânsito, a taxas elevadas de correção monetária. Assim, as instituições bancárias não tinham que realizar grandes esforços para a efetivação de suas receitas, já que bastava captar recursos à vista no mercado (MATIAS, 2004).

A alta inflação era uma poderosa fonte de lucro para os bancos, especialmente os de varejo, que possuíam grandes redes de agências e elevada capacidade de captação de recursos a custo financeiro zero ou abaixo da inflação corrente, além de aplicar grande parte desses recursos a juros que embutiam a inflação esperada (CARVALHO, 2005).

A capacidade de reação dos bancos brasileiros ao ambiente de baixa inflação foi decorrente de acumulação de lucros expressivos nos anos anteriores, não apenas das receitas de *floating*, mas também de uma política econômica orientada a enfrentar a crise externa dos anos 1980. Assim, os grandes bancos brasileiros anteciparam-se ao provável êxito da política antiinflacionária, buscando reorientar suas atividades e aumentar os empréstimos para reagir a variações nas expectativas da inflação e melhorar suas posições no mercado (CARVALHO, 2005).

¹ *Software on-line* que tem como objetivo monitorar o risco de crédito, por meio de análises quantitativas e qualitativas e modelagens.

Porém, com a forte concorrência, alguns bancos tiveram grande deterioração de suas posições patrimoniais e condições menos favoráveis no mercado, levando a problemas de liquidez, como nos casos dos bancos Econômico, Nacional e Bamerindus que foram socorridos com os recursos do PROER (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) foi implantado pelo conjunto da Medida Provisória nº 1.179 (BRASIL, 1995a) e a Resolução nº 2.208 (BRASIL, 1995b), ambas de 03/11/1995, que veio para ordenar a fusão e incorporação de bancos a partir de regras ditadas pelo Banco Central. Teve como objetivo assegurar a liquidez e solvência do sistema financeiro e garantir os interesses dos depositantes e investidores.

Nesse programa o Banco Central poderia determinar o nível de capitalização da instituição financeira com insuficiência patrimonial ou financeira, utilizando-se de instrumentos como a transferência de controle acionário, fusão, incorporação ou cisão. A não implementação das medidas fixadas pela autoridade monetária poderia acarretar na decretação do regime especial que fosse adequado ao caso, podendo ser o Regime de Administração Especial

Temporária (RAET), intervenção ou liquidação extrajudicial (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011).

Em 1990, a receita inflacionária auferida pelos bancos representava, aproximadamente, 4% do PIB. Com a ascensão do Plano Real, estas receitas caem para apenas 0,1%. Assim, essa mesma receita que em 1993 significava 87,3% das receitas totais do sistema bancário, reduziu-se para apenas 1,6%, em 1995 (CARVALHO, 2002).

O Plano Real também alterou a forma de financiamento do déficit público, com o governo deixando de emitir moeda para emitir títulos, conduzindo o país ao aumento da dívida pública.

A perda das receitas de *floating* impulsionou os bancos brasileiros a tentarem racionalizar suas estruturas administrativas e expandir sua carteira de crédito. O estudo desenvolvido por Matias (2004) mostra que, logo após o Plano Real, os bancos tiveram uma redução brusca de suas receitas de *floating*, passando de um ganho de R\$ 9,6 bilhões em 1994, com apenas meio ano de inflação, para menos de R\$ 1 bilhão em 1995, sendo estimada uma perda de R\$ 8,7 bilhões causada pela mudança na forma de financiamento do déficit público implantada no período. A tabela 1 expressa os ganhos com *floating* dos grandes bancos brasileiros em 1994 e 1995.

Tabela 1 - Ganhos com *floating* dos bancos de macro e grande porte (em R\$ bilhões)

Instituição	dez/94	dez/95
BANCO ABN AMRO REAL S/A	11.077	0
BANCO BAMERINDUS S/A	506.876	53.224
BANCO BANORTE S/A	39.574	966
BANCO BCN S/A	47.342	8.534
BANCO BRADESCO S/A	1.208.881	0
BANCO DO BRASIL S/A	3.157.462	411.051
BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A (Liquidação Extra judicial)	344.370	53.898
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A	58.053	13.938
BANCO ECONÔMICO S/A	160.751	
BANCO ITAÚ S/A	851.133	68.811
BANCO NACIONAL S/A	456.759	58.455
BANCO NOSSA CAIXA S/A	141.469	33.635
BANCO PONTUAL S/A	9.228	0
BANCO REAL S/A	285.295	90.879
BANCO SAFRA S/A	35.349	11.348
BANCO SANTANDER BRASIL S/A	24.768	-4.063
BANCO SANTANDER NOROESTE S/A	29.936	5.525
BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A	57.906	24.597
BANCO VOTORANTIM S/A	4.000	2.075
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1.974.748	39.884
UNIBANCO	213.763	14.907
TOTAL	9.618.740	887.664

Fonte: Matias (2004).

A alteração na forma de financiamento do déficit público conduziria o setor bancário à falência, razão destacada por Matias (2004) como causa das elevadas taxas de juros pagas aos títulos públicos e, em consequência, nas operações de crédito para compensar a perda de *floating*. O autor também ressalta que as receitas de operações de crédito dos bancos de macro e grande porte, em 1994 e 1995, tiveram um significativo aumento de R\$ 23,9 bilhões, variação de 55% em apenas um ano. Além disso, as despesas de intermediação financeira, excluindo-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa, obtiveram

um aumento de R\$ 15,3 bilhões, ou seja, 49% em um ano.

A partir dessa explanação, observa-se que os bancos tiveram um acréscimo líquido de R\$ 8,6 bilhões, correspondendo à perda de receitas de *floating*.

Os bancos brasileiros mantiveram lucratividade alta, mesmo com o fim das receitas proporcionadas pela alta inflação. Desse modo, conseguiram enfrentar a entrada de concorrentes estrangeiros sem perder a posição de liderança do mercado brasileiro.

Análise das principais alterações nas demonstrações financeiras bancárias

Carvalho (2005) destaca três fatores que explicam o bom desempenho de parte dos bancos de varejo, mesmo com a queda acentuada das receitas de *floating*: cobrança de serviços, ganhos em operações com moeda estrangeira e o crescimento das operações de crédito, tanto pelo aumento do volume quanto pelas margens de intermediação.

O sistema bancário apresentou durante a alta inflação lucros elevados, baixo volume de empréstimos e contínuo desenvolvimento operacional tecnológico. Porém, a inflação também amplia seus riscos,

devido à instabilidade macroeconômica e dificuldade de antecipar medidas governamentais (CARVALHO; VIDOTTO, 2007).

Para exemplificar esse período, tem-se a tabela 2 que mostra as receitas de intermediação financeira dos 15 maiores bancos brasileiros em 1994 e 1995. Nota-se que houve uma variação considerável em apenas um exercício, sobretudo, pelas receitas de operações de crédito e tesouraria, impulsionadas pelas elevadas taxas de juros mantidas pelo governo brasileiro para evitar o colapso do sistema bancário.

Tabela 2 - Receitas de Intermediação Financeira dos Bancos Grandes em R\$ mil

Instituição Financeira	1994	1995	Variação %
00000000 BANCO DO BRASIL S/A	9.202.037,00	12.808.447,00	39%
00360305 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	8.116.539,00	11.404.788,00	40%
76543115 BANCO BAMERINDUS S/A	2.970.502,00	3.515.538,00	18%
10781532 BANCO BANORTE S/A	340.051,00	482.151,00	41%
60898723 BANCO BCN S/A	1.236.795,00	1.837.452,00	48%
60746948 BANCO BRADESCO S/A	4.075.135,00	7.497.848,00	83%
61411633 BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A	14.103.878,00	15.810.898,00	12%
33147315 BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A	381.586,00	434.581,00	13%
07237373 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A	317.540,00	418.438,00	31%
60701190 BANCO ITAU S/A	4.490.507,00	3.939.073,00	-12%
43073394 BANCO NOSSA CAIXA S/A	1.157.713,00	1.917.082,00	65%
17156514 BANCO REAL S/A	1.431.484,00	1.785.198,00	24%
60700556 BANCO SANTANDER NOROESTE S/A	439.542,00	728.090,00	65%
58160789 BANCO SAFRA S/A	953.358,00	1.220.455,00	28%
33700394 UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A	1.329.094,00	2.923.198,00	119%
Total	50.545.761,00	66.723.237,00	32%

Fonte: dos autores, com dados do INEPAD (2011).

As despesas de intermediação financeira também tiveram uma trajetória ascendente nesse período de transição. Pela tabela 3, observa-se que as despesas dos principais bancos brasileiros aumentaram substancialmente, sobretudo, pelas despesas

correntes de operações de captação no mercado, empréstimos e financiamentos, em virtude das elevadas taxas de juros na captação de recursos e estruturas administrativas mais pesadas.

Tabela 3 – Despesas de Intermediação Financeira dos Bancos Grandes em R\$ mil

Instituição Financeira	1994	1995	Variação %
00000000 BANCO DO BRASIL S/A	4.207.685,00	12.147.902,00	188%
00360305 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	3.375.488,00	8.633.488,00	155%
76543115 BANCO BAMERINDUS S/A	1.660.929,00	2.404.134,00	44%
10781532 BANCO BANORTE S/A	169.701,00	321.699,00	89%
60898723 BANCO BCN S/A	754.218,00	1.324.285,00	75%
60746948 BANCO BRADESCO S/A	1.620.354,00	5.627.311,00	247%
61411633 BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A	11.783.069,00	13.460.372,00	14%
33147315 BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A	185.772,00	570.348,00	207%
07237373 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A	173.823,00	302.778,00	74%
60701190 BANCO ITAU S/A	2.796.056,00	2.222.265,00	-20%
43073394 BANCO NOSSA CAIXA S/A	677.218,00	1.153.629,00	70%
17156514 BANCO REAL S/A	651.013,00	1.026.972,00	57%
60700556 BANCO SANTANDER NOROESTE S/A	161.657,00	441.194,00	172%
58160789 BANCO SAFRA S/A	645.259,00	929.019,00	43%
33700394 UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A	533.007,00	1.934.065,00	262%
Total	29.395.249,00	52.499.461,00	78%

Fonte: dos autores, com dados do INEPAD (2011).

A tabela 4 apresenta as principais contas de resultado dos 15 maiores bancos brasileiros em 1994 e 1995. As operações de crédito aumentaram substancialmente, devido ao ambiente econômico mais estável e também para atender à demanda por crédito, sobretudo, para pessoas físicas. Pela análise das receitas e despesas com operações de crédito pode-se observar que estas se tornaram uma alternativa atraente para os bancos substituírem as receitas de *floating*, favorecidas pelas elevadas taxas de juros.

Mesmo em um ambiente macroeconômico com altas taxas de juros, o resultado dos bancos foi afetado, em razão do

aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, evidenciando um despreparo dos bancos para a concessão de crédito, além da baixa capacidade de pagamento da população e medidas restritivas das autoridades monetárias com o crédito na economia.

Os resultados de operações com títulos foram bastante favoráveis para os bancos nesse momento de transição econômica e monetária, sendo essa alternativa muito bem remunerada pelas altas taxas de juros pagas pelo governo aos seus títulos públicos.

Contudo, o resultado líquido dos grandes bancos brasileiros foi fortemente afetado pelo resultado do Banco do Brasil, que apresentou um prejuízo no exercício de 1995 de R\$ 4.253.334.000,00. Esse processo de reestruturação afetou, sobretudo, os bancos

públicos como o Banespa e Banerj, que também incorreram em prejuízos.

Excluindo o Banco do Brasil, os demais bancos conseguiram passar por esse período de transição sem grandes perdas.

Tabela 4 - Contas de resultado dos bancos após o Plano Real em R\$ mil

Contas da DRE	1994	1995	Varição
Receitas de Operações de Crédito	27.750.794,00	44.667.780,00	16.916.986,00
Receitas de Serviços	4.327.963,00	7.000.709,00	2.672.746,00
Receitas de <i>Floating</i> (Passivo sem encargos)	8.894.251,00	806.600,00	- 8.087.651,00
Despesas de Operações de Crédito	4.589.847,00	9.071.994,00	4.482.147,00
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	1.920.797,00	9.635.124,00	7.714.327,00
Resultado de Operações com TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	10.637.430,00	17.133.294,00	6.495.864,00
Resultado Líquido (com o Banco do Brasil)	1.223.209,00	- 3.145.265,00	- 4.368.474,00
Resultado Líquido (sem o Banco do Brasil)	1.114.830,00	1.108.069,00	- 6.761,00

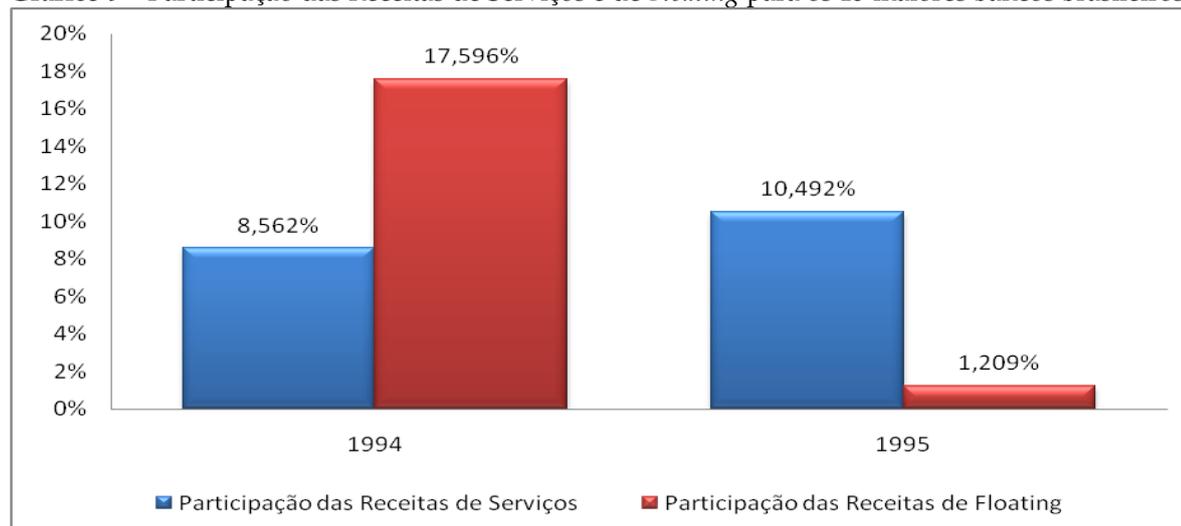
Fonte: dos autores, com dados do INEPAD (2011).

Para aumentar a rentabilidade das operações bancárias, também foi utilizada a cobrança de tarifas de serviços, que até então não eram praticadas, mesmo sendo autorizadas desde dezembro de 1967. A partir desse período, essas receitas conquistaram relevância para os grandes bancos de varejo, que possuíam estruturas de agências e postos de atendimento bancário disponível para a população.

A maior parte dos bancos também procurou agregar valor a suas atividades, desenvolvendo serviços financeiros especializados, como fundos de aplicação financeira, de ações, de renda fixa e de *commodities*, administração de carteiras individuais, engenharia financeira, estruturação de empréstimos externos, operações de fusões e aquisições, além de

promover estratégias para atender nichos de mercado específicos e de alta rentabilidade (CARVALHO, 2005).

A partir desse movimento, vê-se pelo gráfico 9 que a participação das receitas de serviços aumentou, principalmente, em valores brutos, passando de R\$ 4.327.963.000 em 1994, para R\$ 7.000.709.000 em 1995. Já a participação das receitas de *floating* caiu substancialmente com a redução da inflação. O ano de 1994, mesmo tendo somente seis meses de elevada inflação, conseguiu agregar grandes receitas para os bancos brasileiros, porém, em 1995, os ganhos com *floating* praticamente se extinguiram para estas instituições.

Gráfico 9 – Participação das Receitas de Serviços e de *Floating* para os 15 maiores bancos brasileiros

Fonte: dos autores, com dados do INEPAD (2011).

CONCLUSÃO

Essa pesquisa buscou esclarecer quais foram as medidas econômicas que permitiram a adaptação do Sistema Bancário Brasileiro ao Plano Real. No ajuste da economia houve redução substancial da inflação a partir de julho de 1994, com esse movimento sendo acompanhado pelas taxas de juros. A base monetária aumentou atendendo à demanda latente por moeda pela população. Porém, a dívida pública do país também cresceu devido à emissão de moeda e de títulos de dívida no período de transição.

As instituições financeiras bancárias, após perderem suas receitas de *floating*, tiveram que buscar alternativas, selecionando as operações de crédito ao consumidor e

empresas e compras de títulos do governo para manter sua rentabilidade e conquistar novos espaços no mercado. Contudo, essa opção foi suportada por elevadas taxas de juros, para evitar o colapso no sistema bancário brasileiro, até então altamente dependente de receitas provenientes de passivos sem encargos.

Dessa forma, essa pesquisa procurou elucidar alguns questionamentos referentes ao sistema bancário com o advento do Plano Real, que veio para colocar o Brasil em uma nova trajetória de crescimento e desenvolvimento econômico e social, pautada nos investimentos no sistema produtivo permitidos pela estabilidade que esse plano proporcionou ao país.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **PROER**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?PROER>>. Acesso em: 14 maio 2011.

_____. **Séries Temporais**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/aviso.asp>>. Acesso em: 15 out. 2012.

Revista Perspectivas Contemporâneas, v. 10, n. 2, p. 150-173, mai./ago. 2015.
<http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas>

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.179, de 03 de novembro de 1995**. 1995a. Dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/medpro/1995/medidaprovisoria-1179-3-novembro-1995-362593-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 set. 2012.

_____. **Resolução nº 2.208, de 03 de novembro de 1995**. 1995b. Institui Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER). & Alterado pela Resolução nº 2253/96. Disponível em: <<http://www.cnb.org.br/CNBV/resolucoes/res2208-1995.htm>>. Acesso em: 19 set. 2012.

CARVALHO, C. E. Fragilização de grandes bancos no início do Plano Real. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 69-84. Jan./jun. 2002.

_____. Perda de receita da inflação e defesa da lucratividade dos grandes bancos brasileiros no início do Plano Real. **Revista de Economia Mackenzie**, n. 3, p. 121-153. 2005

CARVALHO, C. E.; VIDOTTO, C. A. Abertura do setor bancário ao capital estrangeiro nos anos 1990: os objetivos e o discurso do governo e dos banqueiros. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 17, p. 395-425, Set./dez. 2007.

CONTEL, F. B. Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 119-134, Jan./abr. 2009.

DOELLINGER, C. V. Reordenação do sistema financeiro. **Perspectivas da Economia Brasileira 1992**, Brasília: IPEA/INPES, 1992.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. 18. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010. 1024 p.

GAMA NETO, R. B. Plano Real, Privatização dos Bancos Estaduais e Reeleição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77. Out. 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GREMALD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 659 p.

IANONI, M. Políticas Públicas e Estado: O Plano Real. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 78, p. 143-183. 2009.

INEPAD. *Visionarium*. Disponível em: <<http://inepad.org.br/site/visionarium>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEADATA). *Macroeconômico*. Rio de Janeiro, RJ, 2011. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>> Acesso em: 02 nov. 2011.

LOPES, T. C. A política do Plano Real estudada a partir da combinação da proposta Larida com o ajuste fiscal. **Análise A Revista Acadêmica da FACE**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 187-197. Jul./dez. 2010.

MATIAS, A. B. **Estudo Técnico sobre as Taxas de Juros vigentes no Brasil**: uma análise das hipóteses convencionais. 2004. 20 p.

SILVEIRA, S. J. C.; BENEDETTI, O.; RATHMANN, R.; CONCEIÇÃO, O. A. C. Reavaliando os objetivos e os resultados do Plano Real. **Revista Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 285-300. Ago./dez. 2005.

SOARES, F. A. R.; PINTO, M. B. P. Desequilíbrios cambiais e os fundamentos econômicos: uma análise do Plano Real. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 5-40. Jan./abr. 2008.

SOPENA, M. B. Considerações teóricas sobre moeda, política monetária e metas de inflação. **Revista Análise**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 23-37. Jul./dez. 2007.

NOTAS

(1) Graduada em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto - FEA-RP da Universidade de São Paulo/USP. Analista sênior de compliance no Banco Ribeirão Preto S/A.

(2) Doutor em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo/USP. Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo/USP. Professor Titular do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo no campus de Ribeirão Preto - FEA-RP/USP, Livre Docente.

Agradecimento dos autores

Agradecemos ao Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (INEPAD) pelo apoio à nossa pesquisa e oferecimento da base de dados do Sistema *Visionarium*, essencial para que esse trabalho fosse viabilizado.

Enviado: 18/12/2012

Aceito: 11/08/2015

Publicado: 08/09/2015

APÊNDICE A - Receitas de Operações de Crédito

Instituição Financeira	1994	1995	Varição %
00000000 BANCO DO BRASIL S/A	4.141.812,00	9.504.668,00	129,48%
00360305 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.914.946,00	7.413.629,00	154,33%
76543115 BANCO BAMERINDUS S/A	1.303.132,00	2.514.436,00	92,95%
10781532 BANCO BANORTE S/A	270.594,00	381.535,00	41,00%
60898723 BANCO BCN S/A	352.782,00	870.336,00	146,71%
60746948 BANCO BRADESCO S/A	1.819.820,00	5.663.280,00	211,20%
61411633 BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A	11.636.749,00	8.107.900,00	-30,33%
33147315 BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A	223.716,00	344.367,00	53,93%
07237373 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A	195.336,00	330.038,00	68,96%
60701190 BANCO ITAU S/A	1.963.744,00	2.923.297,00	48,86%
43073394 BANCO NOSSA CAIXA S/A	1.161.780,00	1.869.209,00	60,89%
17156514 BANCO REAL S/A	457.212,00	1.235.157,00	170,15%
60700556 BANCO SANTANDER NOROESTE S/A	244.864,00	622.349,00	154,16%
58160789 BANCO SAFRA S/A	327.697,00	650.619,00	98,54%
33700394 UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A	736.610,00	2.236.960,00	203,68%
Total	27.750.794,00	44.667.780,00	60,96%

Fonte: dos autores, com dados do INEPAD (2011).

APÊNDICE B - Despesas de Operações de Crédito

Instituição Financeira	1994	1995	Varição %
00000000 BANCO DO BRASIL S/A	486.399,00	1.580.245,00	224,89%
00360305 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	788.024,00	1.536.819,00	95,02%
76543115 BANCO BAMERINDUS S/A	138.323,00	119.473,00	-13,63%
10781532 BANCO BANORTE S/A	99.587,00	54.815,00	-44,96%
60898723 BANCO BCN S/A	125.013,00	66.165,00	-47,07%
60746948 BANCO BRADESCO S/A	76.791,00	473.393,00	516,47%
61411633 BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A	2.249.356,00	4.602.847,00	104,63%
33147315 BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A	23.972,00	14.132,00	-41,05%
07237373 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A	72.526,00	153.182,00	111,21%
60701190 BANCO ITAU S/A	131.615,00	70.548,00	-46,40%
43073394 BANCO NOSSA CAIXA S/A	97.042,00	80.469,00	-17,08%
17156514 BANCO REAL S/A	33.663,00	38.450,00	14,22%
60700556 BANCO SANTANDER NOROESTE S/A	70.161,00	374	-99,47%
58160789 BANCO SAFRA S/A	103.109,00	181.524,00	76,05%
33700394 UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A	94.266,00	99.558,00	5,61%
Total	4.589.847,00	9.071.994,00	97,65%

Fonte: dos autores, com dados do INEPAD (2011).

APÊNDICE C - Receita de Serviços

Instituição Financeira	1994	1995	Varição %
00000000 BANCO DO BRASIL S/A	836.409,00	1.685.408,00	101,51%
00360305 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	999.110,00	1.355.222,00	35,64%
76543115 BANCO BAMERINDUS S/A	366.789,00	636.801,00	73,62%
10781532 BANCO BANORTE S/A	25.364,00	41.435,00	63,36%
60898723 BANCO BCN S/A	31.058,00	59.290,00	90,90%
60746948 BANCO BRADESCO S/A	645.183,00	855.604,00	32,61%
61411633 BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A	155.272,00	328.170,00	111,35%
33147315 BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A	53.375,00	88.646,00	66,08%
07237373 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A	48.868,00	84.083,00	72,06%
60701190 BANCO ITAU S/A	456.209,00	862.193,00	88,99%
43073394 BANCO NOSSA CAIXA S/A	36.648,00	80.773,00	120,40%
17156514 BANCO REAL S/A	164.407,00	248.298,00	51,03%
60700556 BANCO SANTANDER NOROESTE S/A	52.547,00	87.318,00	66,17%
58160789 BANCO SAFRA S/A	184.154,00	210.895,00	14,52%
33700394 UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A	272.570,00	376.573,00	38,16%
Total	4.327.963,00	7.000.709,00	61,76%

Fonte: dos autores, com dados do INEPAD (2011).

APÊNDICE D - Receitas de Floating (Passivo sem Encargos)

Instituição Financeira	1994	1995	Varição %
00000000 BANCO DO BRASIL S/A	3.157.462,00	411.051,00	-86,98%
00360305 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.974.748,00	39.884,00	-97,98%
76543115 BANCO BAMERINDUS S/A	506.876,00	53.224,00	-89,50%
10781532 BANCO BANORTE S/A	39.574,00	966	-97,56%
60898723 BANCO BCN S/A	47.342,00	8.534,00	-81,97%
60746948 BANCO BRADESCO S/A	1.208.881,00	0	-100,00%
61411633 BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A	0	0	0,00%
33147315 BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A	344.370,00	53.898,00	-84,35%
07237373 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A	58.053,00	13.938,00	-75,99%
60701190 BANCO ITAU S/A	851.133,00	68.811,00	-91,92%
43073394 BANCO NOSSA CAIXA S/A	141.469,00	33.635,00	-76,22%
17156514 BANCO REAL S/A	285.295,00	90.879,00	-68,15%
60700556 BANCO SANTANDER NOROESTE S/A	29.936,00	5.525,00	-81,54%
58160789 BANCO SAFRA S/A	35.349,00	11.348,00	-67,90%
33700394 UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A	213.763,00	14.907,00	-93,03%
Total	8.894.251,00	806.600,00	-90,93%

Fonte: dos autores, com dados do INEPAD (2011).

APÊNDICE E - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Instituição Financeira	1994	1995	Variação %
00000000 BANCO DO BRASIL S/A	399.570,00	3.679.591,00	820,89%
00360305 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	133.885,00	1.396.978,00	943,42%
76543115 BANCO BAMERINDUS S/A	60.464,00	402.003,00	564,86%
10781532 BANCO BANORTE S/A	927	27.750,00	2893,53%
60898723 BANCO BCN S/A	27.350,00	229.251,00	738,21%
60746948 BANCO BRADESCO S/A	379.684,00	1.197.835,00	215,48%
61411633 BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A	479.228,00	468.164,00	-2,31%
33147315 BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A	66.506,00	124.889,00	87,79%
07237373 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A	36.822,00	57.312,00	55,65%
60701190 BANCO ITAU S/A	117.792,00	881.031,00	647,95%
43073394 BANCO NOSSA CAIXA S/A	3.839,00	63.438,00	1552,46%
17156514 BANCO REAL S/A	16.389,00	264.651,00	1514,81%
60700556 BANCO SANTANDER NOROESTE S/A	23.912,00	148.234,00	519,91%
58160789 BANCO SAFRA S/A	59.194,00	42.653,00	-27,94%
33700394 UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A	115.235,00	651.344,00	465,23%
Total	1.920.797,00	9.635.124,00	401,62%

Fonte: dos autores, com dados do INEPAD (2011).

APÊNDICE F - Resultado de Operações com TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos

Instituição Financeira	1994	1995	Variação %
00000000 BANCO DO BRASIL S/A	1.449.649,00	1.623.011,00	11,96%
00360305 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2.295.045,00	3.120.697,00	35,98%
76543115 BANCO BAMERINDUS S/A	868.486,00	694.952,00	-19,98%
10781532 BANCO BANORTE S/A	-2.309,00	29.210,00	1265,05%
60898723 BANCO BCN S/A	826.000,00	915.397,00	10,82%
60746948 BANCO BRADESCO S/A	718.532,00	1.027.407,00	42,99%
61411633 BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A	1.687.275,00	7.460.489,00	342,16%
33147315 BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A	-99.013,00	37.335,00	-137,71%
07237373 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A	42.988,00	45.780,00	6,49%
60701190 BANCO ITAU S/A	1.349.551,00	765.654,00	-43,27%
43073394 BANCO NOSSA CAIXA S/A	-246.116,00	-200.017,00	-18,73%
17156514 BANCO REAL S/A	689.190,00	515.256,00	-25,24%
60700556 BANCO SANTANDER NOROESTE S/A	155.482,00	89.138,00	-42,67%
58160789 BANCO SAFRA S/A	563.035,00	429.865,00	-23,65%
33700394 UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A	339.635,00	579.120,00	70,51%
Total	10.637.430,00	17.133.294,00	61,07%

Fonte: dos autores, com dados do INEPAD (2011).

APÊNDICE G - Resultado Líquido

Instituição Financeira	1994	1995	Varição %
00000000 BANCO DO BRASIL S/A	108.379,00	-4.253.334,00	-4024,50%
00360305 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	213.432,00	221.313,00	3,69%
76543115 BANCO BAMERINDUS S/A	111.336,00	99.661,00	-10,49%
10781532 BANCO BANORTE S/A	14.514,00	14.993,00	3,30%
60898723 BANCO BCN S/A	101.924,00	138.907,00	36,28%
60746948 BANCO BRADESCO S/A	545.828,00	540.119,00	-1,05%
61411633 BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S/A	-342.133,00	-44.226,00	-87,07%
33147315 BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A	-307.105,00	-753.657,00	145,41%
07237373 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A	13.018,00	21.086,00	61,98%
60701190 BANCO ITAU S/A	320.167,00	373.691,00	16,72%
43073394 BANCO NOSSA CAIXA S/A	64.224,00	42.503,00	-33,82%
17156514 BANCO REAL S/A	71.108,00	77.251,00	8,64%
60700556 BANCO SANTANDER NOROESTE S/A	77.689,00	105.526,00	35,83%
58160789 BANCO SAFRA S/A	110.442,00	116.322,00	5,32%
33700394 UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A	120.386,00	154.580,00	28,40%
Total	1.223.209,00	-3.145.265,00	-357,13%

Fonte: dos autores, com dados do INEPAD (2011).